



O relator geral da Constituinte (E) quer aprovação fora do prazo

Cabral pretende decidir sistema de governo logo

O relator geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pretende ver decidido pelo plenário, fora dos prazos regimentais, e no mais curto espaço de tempo possível, o sistema de governo a ser adotado no país. Para que isto ocorra, conta com a abreviação das discussões e da decisão na subcomissão e Comissão que tratam do assunto. O deputado Romero Santos (PFL-MG), encaminha terça-feira à Mesa da Assembléia projeto de resolução exigindo definição pelo plenário sobre o tema.

Cabral expôs sua posição depois de sair da primeira reunião realizada pela Comissão de Sistematização, da qual é o relator, onde o assunto foi debatido. O deputado Gastone Righi (PMDB-SP), líder petebista, logo que foi aberta a reunião, conclamou os colegas a exigirem do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a abertura da discussão sobre o sistema de governo em plenário. Por sua vez o deputado Carlos Santana (PMDB-BA), líder do governo, foi mais além. Propôs que o plenário defina imediatamente os temas norteadores da nova Constituição, entre eles o sistema de governo.

O presidente da Comissão, senador Affonso Arinos (PFL-RJ), disse que já havia conversado com Ulysses sobre o assunto que Santana estava propondo. Afirmou que o dirigente da Assembléia havia concordado com sua posição e lhe pediu para elaborar um documento para que lhe fosse entregue em seguida. Arinos explicou que teve de viajar e não pode concluir o trabalho. Momentos depois



foi surpreendido pela notícia de que Ulysses havia se posicionado contra a antecipação de decisões, fora dos prazos regimentais. Irritado, esperou acabar a reunião para sair ao encontro do presidente da Constituinte.

Contra a antecipação estão ainda representantes da esquerda da direita na Comissão de Sistematização. Pronunciaram-se nesse sentido os deputados Roberto Freire (PCB-PE), Haroldo Lima (PC do B) e Konder Reis (PDS-SC).

O relator da Constituinte revelou que convidou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que concorreram com ele para o cargo, para serem seus relatores auxiliares, Cabral concedeu ainda aos dois peemedebistas o direito de indicarem um outro auxiliar cada um. A Comissão volta a se reunir na próxima terça-feira, às 20 horas, provavelmente no plenário do Senado.

Todas as pesquisas realizadas no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, indicam expressiva maioria favorável à instituição do sistema parlamentarista de governo no Brasil. Esta afirmação foi feita no plenário da Assembléia Nacional Constituinte pelo deputado Stelio Dias (PFL-ES).

Citando o ex-presidente Tancredo Neves, a quem classificou "de um parlamentarista convicto" Stelio Dias afirmou que, flexível às crises, o regime parlamentarista não é atingido por elas. Quando o governo não consegue contorná-las nem solucioná-las, cai o gabinete, mas continua o regime com toda a sua plenitude.

Cidadão deve opinar, diz Cândido Mendes

O direito individual do cidadão de exigir o contínuo aperfeiçoamento das instituições e participar das decisões do estado foi defendido ontem pelo professor Cândido Mendes na Subcomissão dos Direitos Individuais da Constituinte. Ele apresentou as propostas da Comissão Brasileira de Justiça e Paz para a nova Constituição. O professor, que foi membro da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, insistiu na necessidade de uma democracia participativa, entendendo insuficientes os mecanismos da democracia meramente representativa para assegurar os direitos individuais.

— Não basta o direito à vida, o direito a uma existência digna. Todos têm direito ao pleno exercício da cidadania, cabendo ao Estado garantir sua eficácia formal e materialmente — afirmou o professor —, que apoiou a proposta do senador José Paulo Bisol (relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias) da criação da declaração de inconstitucionalidade por omissão, instituído a ser acionado pelo cidadão a cada vez que o estado se omitir no cumprimento dos direitos declarados na Constituição.

O professor defendeu ainda a proporcionalidade do direito de resposta em crime imprescritível, inaniável e

inafiável, além da instituição do defensor do povo, eleito pelo Poder Legislativo.

Sindicalismo

Na primeira audiência pública realizada ontem a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, presidida pelo deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), ouviu o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto.

Calixto falou sobre o direito de greve, bem como da legalidade e ilegalidade de prisão, em função da atividade sindical, uma vez que, nesta, uma ação puramente reivindicatória costuma ser arbitrariamente classificada como criminosa. Daí, segundo ele, a necessidade de definir com clareza o assunto, com a preocupação de resguardar a liberdade dos que estão sem culpa.

Ao abordar o direito de greve, destacou as garantias que devem ser dadas aos dirigentes sindicais. Com relação à Resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho, Calixto criticou o que lhe parece um aqodamento do governo em aprovar a medida (já votada na Câmara e em discussão no Senado). Ressaltou que não teria objeções contra ela, mas que não pode concordar que se a use deliberadamente para enfraquecer o movimento sindical.

Congresso terá como base anteprojeto de notáveis

O anteprojeto constitucional elaborado no ano passado pela comissão de notáveis idealizada pelo ex-presidente Tancredo Neves foi dividido em partes e apresentado como sugestão constitucional à Mesa da Constituinte. A partir de agora, ainda que não oficialmente, os deputados e senadores passam a contar com um texto básico a partir do qual poderão discutir os detalhes da próxima Constituição.

A sugestão foi entregue ontem ao deputado Ulysses Guimarães pelo senador Affonso Arinos (PFL-RJ), que dirigiu os trabalhos dos notáveis e agora preside a Comissão de Sistematização da Constituinte. Arinos tinha dúvidas sobre a oportu-

nidade de apresentar o anteprojeto, uma vez que o gesto poderia ser interpretado como limitação à soberania dos constituintes. Mas um tele-fonema que recebeu de Ulysses, ontem de manhã, arrefeceu seus escrúpulos: o próprio presidente da Constituinte o incentivou a apresentar a proposta.

Segundo o raciocínio de Tancredo, o anteprojeto preparado pelos notáveis poderia servir como um bom começo para os constituintes. A idéia, congelada nos primeiros meses do governo Sarney, acabou sendo apenas em parte posta em prática. A comissão foi, de fato, instalada, mas o resultado de seus trabalhos não foi oficialmente sugerido pelo governo à Assembléia Constituinte.

Senador acha que população quer a pena de morte

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão de Soberania, Direitos e Garantias Individuais da Assembléia Nacional Constituinte, afirmou ontem pela manhã, em entrevista ao programa Bom-Dia Brasil, da TV Globo, que "o Direito Penal é hoje uma instituição falida", ao comentar os debates que começam nas subcomissões sobre a adoção da pena de morte no país.

O parlamentar gaúcho admitiu, entretanto, que, ao se fixar na conjuntura social, sente na população brasileira, "diante da dimensão que a violência assumiu, uma certa tendência para assumir a pena de morte". Mas, segundo afirmou, "a pena de morte não tem nem história, porque toda a sua história é uma história de fracassos". E completou: "A relação entre a violência que acontece criminalmente, e a questão da violência nacional, como resposta a esta violência, é uma questão vencida".

José Paulo Bisol lembrou também que, "hoje, em qualquer lugar do mundo, a sociedade sabe perfeitamente que nós temos um Direito Penal, aplicamos determinadas penas, não porque elas sejam rigorosamente necessárias, mas porque não temos condições culturais, materiais, econômicas, para responder mais adequadamente a essas questões, e, no caso brasileiro, a própria organização atual de nossa sociedade é criminosa, e, conseqüentemente, gera violência".

O senador manifestou-se "totalmente contra a exigência do lobby" na Constituinte — se eu definir o "lobby" como uma prática de um grupo que insiste na elaboração de uma legislação que corresponda aos seus interesses — mas destacou que "como democrata, acho que as pressões sociais sobre os constituintes devem existir, sobretudo as pressões dos pobres, dos 80 milhões de brasileiros que são pobres".

Medicina

Para o constituinte Doreto Campanari, (PMDB/SP) a desnacionalização da assistência médico-hospitalar, é um crime de lesa-pátria, agravado ainda pelo dano que causa à saúde da população. Entende o parlamentar que, até onde for possível, o estado tem que gerar recursos e repassa para a iniciativa privada não-mercantilista, tais como santas casas, serviços filantrópicos não lucrativos, cooperativas médicas e os serviços próprios de empresas.

Doreto Campanari, falando no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, enfatizou que é preciso evitar a abertura de espaços que estão sendo avidamente disputados pelos grupos mercantilistas que "apostando no insucesso do estado, investem somas vultosas em publicidades ostensivamente imoderadas, na aquisição de serviços próprios e tentam ganhar mercado para transformar a doença do povo brasileiro em matéria-prima, de rendosa indústria do lucro que, na maioria das vezes, é remetido para o exterior".

O deputado denunciou da tribuna que "as multinacionais da assistência médico-hospitalar não impõem preços escorchantes para os medicamentos, impingem sucata e guisa de tecnologia de ponta e agora tentam, de todas as formas, lícitas ou ilícitas, assumir a parcela do pequeno, médio e grande risco, ou seja, consultas, exames subsidiários e hospitalização".

Constituintes não querem novo prazo

Nélio Lima da EBN

Os prazos estabelecidos para os trabalhos da Constituinte não devem ser prorrogados. E, em geral, o que pensam os constituintes. Eles entendem que eventuais prorrogações de prazos não vão resultar em uma melhor Constituição. O próprio presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, também pensa assim.

"Os atuais parecem suficientes", diz ele. "Já houve uma prorrogação, que foi justa. Mas não haverá outras.

Nos prazos estabelecidos pelo regimento, os constituintes mais sacrificados são os relatores das 24 subcomissões temáticas. Eles têm até o dia 10 de maio para apresentar os seus pareceres, com base nas propostas e sugestões oferecidas no âmbito de cada comissão. Ocorre que o prazo para as sugestões, que venceu quinta-feira, foi prorrogado para 6 de maio. Restarão apenas 4 dias para os relatores.

"Eu prefiro assim", afirma o relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, deputado Fernando Gasparian. "Notei que os constituintes resolveram deixar tudo para a última hora. Até agora só recebemos três sugestões, mas estou sabendo que muita gente ainda está trabalhando. Então vamos esperar. Vai ser uma correria, mas não há outro jeito".

O secretário-geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso Martins de Oliveira, calcula que até agora os constituintes já apresentaram cerca de 1.500 sugestões. Cada uma delas é lida pelo presidente Ulysses Guimarães, que faz a triagem com a ajuda de assessores. Em seguida ele despacha as sugestões para as respectivas comissões, que por sua vez as enviam para as subcomissões. Paulo Afonso remeteu anteontem, para publicação no Diário da Constituinte, cerca de 1.000 sugestões.

Nos últimos dias, uma média de 60 parlamentares têm encaminhado à mesa suas sugestões. Mas o secretário-geral acredita que na próxima semana, e até que se esgote o prazo no dia 6, o volume de sugestões vai aumentar muito. E da tradição dos parlamentares aguardar até o fim do prazo.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, reconhece que está esperando o fim do prazo. "Estou trabalhando em um projeto completo para o poder judiciário. Eu mesmo me escalei para a subcomissão do Poder Judiciário, porque entendo que sem um judiciário forte e independente não teremos jamais uma democracia plena neste país".

Demagogia

José Lourenço está confiante. Acha que se os constituintes quiserem os prazos serão cumpridos e a Constituição será promulgada ainda este ano. Mas critica alguns constituintes que, segundo ele, "só querem fazer demagogia". E diz que justamente nas comissões em que eles estão instalados o trabalho se desenvolve com morosidade.

Outro que está esperando o momento oportuno para apresentar suas sugestões é o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC). "Pretendo intervir na área do poder legislativo, na da Previdência Social e na dos direitos dos trabalhadores. Algumas propostas são de elaboração difícil e por isso vou utilizar todo o prazo", explica.

O presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias, Mário Assad (PFL-MG), diz que não está preocupado com prazos. Acredita que o que está no regimento será cumprido, mas diz que isso não é fundamental. "Quem esperou tanto tempo por uma Constituinte, não pode ficar brigando agora por causa de 15 ou 30 dias a mais ou a menos", afirma.

A atual sistemática de trabalho das subcomissões e comissões também não deve ser alterada. Nas últimas semanas apareceram algumas sugestões no sentido de mudar o horário de trabalho da Constituinte. As sessões no plenário seriam feitas pela manhã. As comissões e subcomissões trabalhariam à tarde, quando necessário, também à noite. "É uma idéia a ser considerada", acha o deputado Mário Assad. Mas ele próprio acredita que isso não é fundamental.

"Ouvi falar dessa proposta, mas não me consta que tenha ido adiante", explica o líder Luiz Henrique. E o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, confirma: "Chegou-se a cogitar disso, mas os próprios constituintes se convenceram de que os horários atuais atendem melhor a sistemática de trabalho da Constituinte".